

“ALTERNATIVAS” DIANTE DA PROVÁVEL DERROTA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 09.10.1984

A vitória quase certa de Tancredo Neves no próximo dia 15 de janeiro transformou-se para a grande maioria da população brasileira no símbolo do fim do regime autoritário. Por isso o grande entusiasmo que a candidatura desperta. Se não foi possível vencer o autoritarismo através da campanha das eleições diretas, será possível alcançar o mesmo resultado através da eleição do ex-governador de Minas Gerais.

Essa certeza da vitória, que as pesquisas de opinião pública e o levantamento da posição dos representantes de todos os setores da sociedade civil confirmam, é, entretanto, abalada pelo permanente medo de que o regime militar reaja e tente conservar o poder a todo custo.

Há indicações de que a cúpula do regime militar, hoje quase limitada ao Palácio do Planalto, já percebeu que Maluf é um candidato inviável, sem condições de fazer frente a Tancredo. Para o presidente Figueiredo esta constatação não deve constituir surpresa, já que boa parte de sua oposição a essa candidatura derivava da sua previsão de que Maluf dividiria o PDS.

Diante dessa constatação, começa-se a falar novamente em “alternativas” para a sobrevivência do regime militar. O Jornal do Brasil relata uma união do Ministro Rubens Ludwig com dois parlamentares do PDS em que foram examinadas varias alternativas diante da provável derrota de Maluf: (1) renúncia de Maluf e lançamento de um o útero candidato (obviamente inviável, porque Maluf não renunciará e não há outro candidato disponível); (2) golpe militar, que o próprio general Ludwig teria considerado démodé, semelhante à entrada trágico-cômica do Coronel Tegero Molina no parlamento espanhol; (3) prorrogação do mandato de Figueiredo, idéia que, segundo o próprio ministro, “não comoveria nem 1% dos setores de decisão”; e, finalmente, (4) o parlamentarismo.

Sobre o parlamentarismo estaria novamente se concentrando a atenção do Planalto. O Ministro Ludwig sempre foi parlamentarista. E Leitão de Abreu estaria agora considerando seriamente a alternativa. Seria uma forma de tirar o poder de Tancredo Neves e dá-lo, por dois anos, a um primeiro ministro originário do PDS, caso este partido mantivesse, eventualmente, a maioria.

Ora, não cabe aqui a discussão dos méritos ou deméritos do regime parlamentarista. Praticamente todas as nações democráticas do mundo, com a clássica exceção dos Estados Unidos, são parlamentaristas. O parlamentarismo é um regime que tem enormes vantagens sobre o presidencialismo: (1) garante um governo mais representativo da sociedade civil; (2) é mais flexível, permitindo que uma crise de Governo não se confunda com uma crise do Estado; (3) fortalece e legitima a base de qualquer regime democrático que é o próprio Parlamento.

Embora tudo isto seja ou possa ser certo, não há dúvida de que pretender instituir o parlamentarismo hoje no Brasil seria o mesmo que dar um golpe de Estado. Seria novamente fazer o parlamentarismo entrar pela porta dos fundos, como aconteceu em 1961. Seria, portanto, um enorme desserviço à Nação.

Vamos esperar que o parlamentarismo chegue ao Brasil pela porta da frente, como resultado da Constituinte que será convocada por Tancredo Neves.

Quanto ao regime militar, não há razão para que preocupe com a candidatura da oposição. Tancredo Neves já declarou à exaustão que não apoiará qualquer tipo de revanchismo. Esta garantia é mais do que suficiente para qualquer democrata. Quando o presidente Ernesto Geisel extinguiu o AI-5, em dezembro de 1968, era um militar que estava dando um golpe de morte no próprio regime autoritário. A anistia do presidente Figueiredo foi outra medida histórica no mesmo sentido. Não importa agora porque estas medidas foram tomadas. O importante é que na mesma linha de coerência que surge como vitoriosa a candidatura Tancredo Neves.(09/10)